

Data e Local: 13 de setembro de 2019, às 9h30min, na Sala de Reuniões do CAP - Porto de Imbituba.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: Bruno E. Neves Januzzi, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Benony Schmitz Filho, Diretor Presidente, Luis Mário Novochadlo, Diretor de Operações, Jeferson Montibeller, Gerente Geral, César Longares Nunes, Gerente Comercial, Abel Sérgio Passagnolo, Gerente de Transporte da Ferrovia Tereza Cristina; Gean Carlos Fermينو, Consultor Faepesul; Maurício Brasiense, coordenação de operações da Santos Brasil; Gustavo Andres Gorigoitia Vega, Supervisor na CRB/Votorantim; Alexandre Pinter, Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro, Cleverton Elias Vieira, Agente Jurídico, Camila Kuminek de Amorim, Agente Portuário – Oceanografia, Elivelton Doré, Agente Portuário – Contabilidade, Adriana Veloso Baumann, Técnico Portuário - Segurança do trabalho, Amanda Cristhie Trummer da Silva e Rui Roberti, Administrativos Portuários da SCPar Porto de Imbituba.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a Presidente do CAP, Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck, cumprimentou os Conselheiros e convidados presentes e iniciou a reunião.

2. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:

Após dar boas vindas aos presentes, a **Sra. Rita** informou que as novas nomeações/reconduções de representantes do CAP ainda não foram publicadas no DOU, sendo assim, enquanto os membros novos e reconduzidos aguardam tal publicação para tomarem posse, podem participar da reunião como ouvintes.

3. APROVAÇÃO DA ATA RO 02/2019 :

Adiante, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 02/2019. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e assinada por todos os Conselheiros presentes.

4. PERA FERROVIÁRIA NA ÁREA DO PORTO DE IMBITUBA:

Iniciando as tratativas referentes ao primeiro item da reunião, Pera Ferroviária, a Sra. Rita passou a palavra para o **Diretor Presidente** da SCPar Porto de Imbituba S.A., Sr. Jamazi, que falou brevemente sobre as tratativas coordenadas pela atual gestão que visam viabilizar o projeto da Pera e também agradeceu a presença da equipe da Ferrovia Tereza Cristina (FTC), passando a palavra para que o Diretor Presidente da FTC, Sr. Benony, desse continuidade às exposições sobre esse item da pauta. Iniciando a sua apresentação, o **Sr. Benony** contextualizou o assunto, mencionando o histórico da concessão da FTC, os benefícios da privatização, e a situação da malha ferroviária no Brasil e em Santa Catarina. Em seguida, apresentou as características do projeto da Pera Ferroviária, destacando que o novo trecho terá 319,44 m (trezentos e dezenove metros e quarenta e quatro centímetros) de extensão e contará com três desvios: um “desvio morto” de 60 m (sessenta metros) previsto para ser construído em 2019 juntamente com a Pera; e outros dois: “Desvio 1” de 351,45 m (trezentos e cinquenta e um metros e quarenta e cinco centímetros) e “Desvio 3” de 326,42 m (trezentos e vinte e seis metros e quarenta e dois centímetros) a serem implementados nos anos de 2020 e 2021, respectivamente. O **Sr. Benony** ainda informou que até o final da obra serão construídos 1.057,31 m (mil e cinquenta e sete metros e trinta e um centímetros) de trilhos. Na sequência, depois de compartilhar com o grupo alguns vídeos de acidentes, mencionou que a principal

justificativa desse projeto está relacionada com as questões de segurança pois, no momento, é necessário que a locomotiva se movimente em “frente comprida”, o que dificulta a visualização do maquinista, além disso, é feito o recuo do trem em quatro passagens de níveis. Com a obra, tais dificuldades serão sanadas, sendo assim, o projeto objetiva diminuir o risco de acidentes e melhorar a operação ferroviária. Finalizando a sua apresentação, o Sr. Benony agradeceu a receptividade ao projeto por parte da Autoridade Portuária reconhecendo que esta é a primeira gestão que tem priorizado esse assunto.

Na sequência, o **Sr. Jamazi**, solicitou que o Sr. Cleverton falasse sobre o parecer jurídico e demais encaminhamentos relacionados à reunião que ocorreu no dia 10 de setembro em Brasília, da qual participaram o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a FTC e esta Autoridade Portuária.

Tomando a palavra, o **Sr. Cleverton** falou que o parecer jurídico versa sobre um instrumento chamado “Cessão Não Onerosa”, que deve ser firmado primeiramente com o DNIT, depois com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Também mencionou que tal instrumento tem precedência no Porto de Itaquí, que passou por um caso similar. Finalizando a sua fala o Sr. Cleverton mencionou a necessidade de tal projeto estar previsto no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

Encerrando este item da pauta, a Autoridade Portuária e a FTC assinaram um documento que é o ponto de partida para o início da obra da Pera Ferroviária, trata-se da formalização de um convite direcionado ao Sr. Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, para que este realize uma inspeção in loco onde pretende-se realizar tal obra.

5. PDZ DO PORTO DE IMBITUBA;

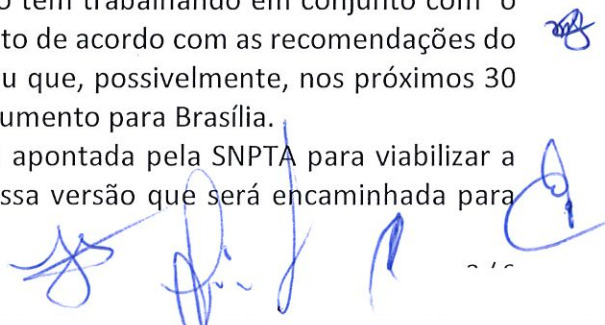
Para tratar do terceiro item da pauta, a **Sra. Rita** solicitou que a equipe que atua no âmbito da SCPar Porto de Imbituba apresentasse o andamento das tratativas relacionadas ao PDZ do Porto de Imbituba, conforme acordado na última reunião.

Inicialmente, a **Sra. Marlei**, analista de gestão da SCPar Porto de Imbituba S.A., mencionou o fluxo de interação e de troca de informações no último mês entre a SNPTA, a Autoridade Portuária e a FAEPESUL e destacou que o prazo estabelecido (21/08/2019) para o envio da nova versão do documento à SNPTA foi respeitado, ou seja, foi encaminhada uma versão atualizada do documento ao Poder Concedente, tendo sido, inclusive, já analisado pela equipe técnica da SNPTA. A Autoridade Portuária recebeu o *feedback* dessa análise, por meio de uma reunião por teleconferência, na qual os técnicos da SNPTA listaram todos os pontos que ainda precisam ser atendidos para que o PDZ seja aprovado. Após discorrer brevemente sobre cada item, a **Sra. Marlei** destacou que a maioria deles diz respeito à necessidade de realizar alguns ajustes na base de dados georreferenciados e conciliá-la com as informações apresentadas no documento textual.

Em seguida, o **Sr. Daniel Plentz**, mencionou que está revisando a base de dados georreferenciados de acordo com os ajustes solicitados. O **Consultor Gean** também falou brevemente sobre o andamento dos trabalhos realizados ao longo do processo de elaboração do PDZ do Porto de Imbituba.

Adiante, a **Sra. Marlei** sintetizou que a equipe do Porto tem trabalhando em conjunto com o Consultor Gean para viabilizar a adequação do documento de acordo com as recomendações do Poder Concedente. Por fim, a analista de gestão afirmou que, possivelmente, nos próximos 30 (trinta) dias, será encaminhada uma nova versão do documento para Brasília.

Logo em seguida, a Sra. Rita questionou se a demanda apontada pela SNPTA para viabilizar a construção da Pera Ferroviária estaria contemplada nessa versão que será encaminhada para



Brasília. O **Consultor Gean** informou que sim, e solicitou que a Autoridade Portuária ou a FTC encaminhasse as informações do projeto para que sejam inseridas no descritivo. Em seguida, o **Sr. Rui** relatou que, atendendo ao pedido do Sr. Gean, já encaminhou tais informações para o e-mail do Consultor.

O **Sr. Roberto Martins** solicitou que os Conselheiros tivessem acesso aos documentos a serem enviados para Brasília para que pudessem opinar sobre eles. O **Sr. Gilberto** lembrou que esta etapa ocorreu no início da confecção do documento, quando, em 2011, o Sr. Gean se reuniu com os operadores para discussões relacionadas à ocupação das áreas do Porto de Imbituba.

Em seguida, considerando o pedido do Sr. Roberto Martins, o **Diretor Presidente** propôs que na semana seguinte os Conselheiros se reunissem com o consultor Gean. Os Conselheiros se manifestaram no sentido de que, neste momento, reunir-se para discutir o documento que está em vias de ser aprovado pode retardar esse processo. Ademais, lembram que o PDZ vigente é de 2005 e foi elaborado pela Companhia Docas de Imbituba (CDI). Considerando que é de suma importância que Autoridade Portuária tenha uma versão mais atualizada de tal documento, os Conselheiros sugerem que a SCPar Porto de Imbituba direcione esforços para agilizar a aprovação de uma versão atualizada do documento. Sendo assim, os conselheiros recomendaram que o documento seja encaminhado o mais breve possível para a SNPTA. Uma vez aprovado o PDZ, os Conselheiros se colocam à disposição para participar do processo de revisão.

A **Sra. Marlei** informou que tão logo os trabalhos sejam finalizados, compartilhará com os Conselheiros o documento remetido para análise da SNPTA.

6. PROGRAMAS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL:

Dando sequência à reunião, para tratar sobre os programas de monitoramento ambiental, a **Presidente Rita**, passou a palavra à Sra. Camila Amorim, Agente portuária - Oceanografia da SCPar Porto de Imbituba S.A.

A **Sra. Camila Amorim** apresentou brevemente o Setor de Saúde Segurança e Meio Ambiente (SSMA) e justificou a ausência de alguns colaboradores do setor, que estão em viagem de trabalho. Na sequência, antes de discorrer sobre todos os programas de monitoramento ambiental, a Sra. Camila contextualizou que, para realizar as suas atividades, o Porto de Imbituba precisa dispor de duas licenças ambientais: LAO 9767/2017 e LAO 4247/2018. Tais licenças possuem uma série de condicionantes que estão vinculadas aos seguintes planos e programas: Plano de Controle de Emergência (PCE); Plano de Emergência Individual (PEI); Programa de Manutenção Preventiva de Equipamentos e Sistema de Controle Ambiental; Manutenção e Limpeza dos Sistemas de Drenagem Pluvial; Garantir a limpeza constante da área portuária (cais, vias e demais instalações); Garantir a manutenção da Base de Emergência do PEI; Realizar teste de estanqueidade das linhas subterrâneas (tubulações) do TGL; e Plano de Controle Ambiental (PCA), este último contempla 18 programas, a saber: 1. Programa de Gerenciamento de Resíduos; 2. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas; 3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais; 4. Programa de Monitoramento das Águas Oceânicas; 5. Programa de Monitoramento dos Sedimentos; 6. Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruídos; 7. Programa de Controle das Águas de Lastro; 8. Programa de Monitoramento da Biota Aquática; 9. Programa de Educação Ambiental; 10. Programa de Comunicação Social; 11. Programa de Monitoramento da Baleia Franca; 12. Programa de Monitoramento dos Ruídos Subaquáticos; 13. Programa de Monitoramento das Condições Hidrodinâmicas; 14. Programa de Inspeção Veicular; 15. Programa de Prevenção da Fauna Sinantrópica; 16. Programa de Monitoramento da Pesca Artesanal; 17. Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar; 18. Programa de Monitoramento da Dragagem de Manutenção. Após ser indagada pela **Sra. Rita** se o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) era o órgão emissor

das licenças, a **Sra Camila** esclareceu que, no âmbito da SCPar Porto de Imbituba, o órgão responsável é o IMA (Instituto do Meio Ambiente) e falou sobre a similaridade das instituições, destacando que uma atua na esfera federal (IBAMA) e outra na estadual (IMA).

Na sequência, a **Sra. Camila** discorreu individualmente sobre como ocorre a execução de cada um dos 18 programas relacionados ao PCA e, ao longo de sua exposição, esclareceu as dúvidas dos Conselheiros. Encerrando sua apresentação, destacou que uma iniciativa vinculada ao Programa de Educação Ambiental, o Projeto Mar de Letras, venceu o prêmio da Revista Portos e Navios. Também mencionou que Imbituba é considerada o Marco Zero altimétrico e conta com quatro marégrafos instalados junto ao Cais 1, sendo dois deles da Epagri, um do Projeto SIMCOSTA e outro do IBGE.

Em relação ao Marco Zero, o **Sr. Gilberto** mencionou que a carta de navegação dos aviões tem como referência o Porto de Imbituba, no entanto, tal feito não tem a sua importância reconhecida.

Considerando que a Autoridade Portuária desenvolve ações relacionadas à educação ambiental, o **Sr. Rosivaldo**, Prefeito de Imbituba, propõe firmar uma parceria com o Porto visando construir um *deck* de madeira para que as crianças das escolas de Imbituba por meio de visitas guiadas tenham um lugar adequado para observar as baleias. A **Sra. Camila** afirmou que o atual contrato, nº 58/2017 destinado ao Controle Ambiental, não contempla tal demanda. O **Diretor Presidente** afirmou que faz-se necessário analisar tal projeto, pois não é permitido à Autoridade Portuária realizar investimentos fora da área da Poligonal do Porto Organizado. O Sr. Bruno, analista de regulação da ANTAQ, ponderou que a preocupação do Diretor Presidente é relevante, mas que existem outras possibilidades relacionadas à destinação dos dividendos. O Sr. Joel se compromete em levar tal assunto para discussão na SC Participações e Parcerias.

Finalizando este item da pauta, discutiu-se sobre o derramamento de grãos nas vias. O **Sr. Prefeito** destacou que, hoje, este é o impacto negativo relacionados às atividades do Porto mais visível. A **Sra. Camila** falou das ações que são realizadas no âmbito interno do Porto Organizado e mencionou que se trata de uma questão social. Adiante, o **Sr. Gilberto** mencionou que o derrame é consequência do tipo de caminhão utilizado para transporte dos grãos, sendo assim, os caminhões podem ser considerados os navios das estradas, nesse caso, os caminhoneiros precisam ser valorizados tanto quanto os comandantes dos navios. No caso de Imbituba, para atender às exigência do Ministério do Público, precisa-se dar condições para o caminhoneiro se adequar, sendo uma das alternativas abrir linhas de financiamento para a troca dos caminhões.

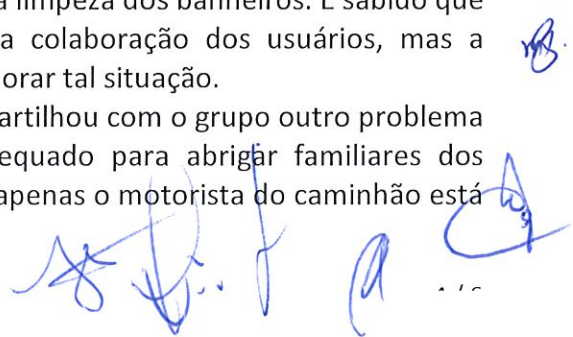
7. ASSUNTOS GERAIS:

Para encerrar os itens da pauta, a **Sra. Rita** franqueou a palavra para que fossem tratados os demais assuntos de interesse do Conselho de Autoridade Portuária.

7.1. Casa de convivência para familiares de caminhoneiros

O Diretor Presidente mencionou que após a nova Diretoria tomar posse foram realizadas diversas visitas e inspeções na área portuária. Uma das grandes preocupações da atual gestão é o Cais 3. Além disso, também têm sido priorizadas questões relacionadas aos ambientes que são utilizados pelos trabalhadores portuários. Tem-se somado esforços para garantir condições adequadas nas casas de convivências, em especial quanto a limpeza dos banheiros. É sabido que a limpeza dos locais de uso público depende muito da colaboração dos usuários, mas a Autoridade Portuária tem analisado alternativas para melhorar tal situação.

Dando continuidade a sua fala, o **Diretor Presidente** compartilhou com o grupo outro problema que também o preocupa, a falta de um ambiente adequado para abrigar familiares dos caminhoneiros. Explicou que, por questões de segurança, apenas o motorista do caminhão está



autorizado a entrar na área portuária e caso esteja viajando com a família, essa deve aguardá-lo do lado de fora do Porto Organizado. Ou seja, enquanto o caminhão é descarregado e/ou carregado, os familiares do caminhoneiro ficam expostos às intempéries da natureza: sol, chuva, frio ou vento, pois as portarias não contam com infraestrutura adequada e os postos de triagem não se mostram como boa alternativa, pois não representam ser ambiente familiar. Por fim, o Diretor Presidente, destacou que a demanda estava sendo estudada pela equipe da SCPar Porto de Imbituba, que trabalhou na elaboração de um projeto a ser apresentado pelo Sr. Daniel, com o intuito de validá-lo junto aos Conselheiros do CAP.

Tomando a palavra, o Sr. **Daniel**, apresentou o projeto da casa de apoio aos familiares dos caminhoneiros, que será construída em estrutura de contêineres e contará com dois banheiros, uma pequena cozinha equipada com pia e microondas, um ambiente para crianças e uma sala de espera com um banco. O arquiteto também destacou que este projeto inicia um novo marco de elaboração e implementação dos projetos capitaneados pela SCPar Porto de Imbituba, os quais buscam ser mais sustentáveis e contemplam painéis fotovoltaicos para a geração de energia solar e sistemas que viabilizam a reutilização da água da chuva.

Finalizada a apresentação, debateu-se sobre os possíveis impactos deste projeto. O Sr. **Gilberto** expôs que, em sua opinião, a solução definitiva seria a implantação da Central de Triagem no local destinado à Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

O Sr. **Antonio** destacou que o projeto é um possível caminho para a solução do problema de falta local para permanência dos familiares dos caminhoneiros. Em seguida esclareceu que as empresas que possuem frotas de caminhão não permitem que os motoristas contratados transportem consigo caroneiros, ou seja, quem leva consigo a família é o proprietário do caminhão.

Na sequência, após a Sra. **Rita** questionar se tal obra não seria um atrativo para aumentar o número de pessoas no entorno do Porto, o grupo argumentou que não, pois o motorista só leva consigo sua família se não tem outra alternativa. Adiante, o Prefeito parabenizou a Autoridade Portuária por esta iniciativa.

7.2. Pavimentação Cais

Por fim, encerrando o item assuntos gerais, a Sra. Rita questionou se o pavimento que havia cedido no Cais 1 já havia sido corrigido. O Diretor Presidente relatou que foi realizada uma licitação, porém essa resultou deserta, e que um novo certame será lançado, sendo que, em caso de nova deserção, será possível realizar contratação emergencial. Logo em seguida, esclareceu que o rito legal permite a contratação emergencial apenas após duas licitações desertas, por isso a demora em contratar o serviço.

Tomando a palavra, o Sr. **Gilberto**, falou que a morosidade do processo de compra do setor público aplicado ao contexto portuário dificulta a competitividade deste segmento.

8. ENCERRAMENTO

Desta feita, a Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck franqueou a palavra, os presentes manifestaram boas vindas a nova Presidente do CAP. Em seguida, não havendo mais manifestações, a Sra. **Rita** encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, Srta. Marlei Goldmeyer, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

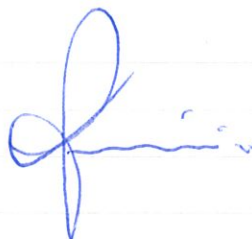
Rita de Cássia Vandanezi Munck



Presidente



Daniel Drobrachinsky Plentz	Suplente
Rosenvaldo da Silva Júnior	TITULAR



REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

José Roberto Martins	Titular
Gilberto Barreto da Costa Pereira	Titular
Antônio Carlos Bandeira Guimarães	Suplente



REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (OUVINTES)

Sonia Pires Inácio	Suplente
Jamazi Alfredo Ziegler	Titular
Joel Alves	Titular



REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES (OUVINTES)

José Afonso de Carvalho	Titular
-------------------------	---------

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária
------------------	------------

